HOMERO DE
GIORGE CERQUEIRA

DIREITO AMBIENTAL E O AMBIENTALISMO DE RESULTADO SUSTENTÁVEL

UMA REVOLUÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2025

Sumário

Introdução 1

1 Ambientalismo de Resultado Sustentável: Crescimento do Brasil 5

1.1 Programa de Integração Nacional 16

1.1.1 Análise documental 30

1.1.2 Entrevistas com especialistas 32

1.1.3 Observação de campo 34

1.1.4 Impactos econômicos do PIN 38

1.2 A Conferência de Estocolmo de 1972 e o ambientalismo de resultado sustentável 42

1.2.1 Principais temas e resultados da Conferência 44

1.2.2 Impacto da Conferência de Estocolmo no desenvolvimento do ambientalismo sustentável 52

1.2.3 Desafios e oportunidades para a sustentabilidade ambiental pós-Conferência de Estocolmo 55

1.3 Influência da Conferência de Estocolmo em acordos e políticas ambientais globais 57

1.3.1 Impactos no direito ambiental internacional 60

1.3.2 Adaptação das políticas nacionais 62

1.3.3 O pós-Estocolmo 65

1.4 Preâmbulo da Agenda 2030 67

1.4.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, limites planetários e economia Donut 72

1.4.2 Conceito e fundamentos e principais limites identificados...75

1.4.3 Economia Donut de Kate Raworth, princípios e fundamentos.....77

1.4.4 Integração dos ODS, limites planetários e Economia Donut.....80

1.5 Perspectivas futuras e tendências e desafios emergentes 82

1.5.1 Ações recomendadas para a promoção da sustentabilidade global.....83

1.5.2 Reformular os problemas econômicos 84

1.5.3 Entre desenvolvimento sustentável e direitos humanos 86

1.5.4 Pilar, econômico, o social, a equidade e a justiça..... 86

1.5.5 Legislações e políticas implementadas 87

1.6 Monitoramento das políticas públicas.....89

1.6.1 Sustentabilidade ilusória e direito ambiental 91

1.6.2 Greenwashing e práticas enganosas.....93

1.6.3 Legislação nacional e internacional.....93

1.6.4 Tendências globais.....95

1.6.5 29ª Conferência das Partes (COP29) 96

1.6.6 Mercado de carbono 97

1.6.7 Refletir o desenvolvimento sustentável..... 99

2 A Constituição Brasileira e os Direitos Ambientais.....103

2.1 Contextualização histórica da proteção ambiental no Brasil.....105

2.1.1 Classificação do meio ambiente 124

2.1.2 Meio ambiente natural.....125

2.1.3 Meio ambiente artificial ou construído 126

2.1.4 Meio ambiente cultural 127
2.1.5 Meio ambiente do trabalho 131
2.1.6 Patrimonio genético 132
2.1.7 Direito de antena 135
2.1.8 Meio ambiente do clima 136
2.1.9 Outras classificações 139
2.2 Poder público administrador do meio ambiente 141
2.3 Os princípios do ambientalismo de resultado sustentável 148
2.3.1 Princípios do direito ambiental 151
2.3.2 Princípio da função socioambiental da propriedade 157
2.3.3 Princípio da prevenção 158
2.3.4 Princípio da precaução 161
2.3.5 Princípio do poluidor-pagador 167
2.3.6 Princípio do usuário-pagador 168
2.3.7 Princípio do protetor-recebedor 170
2.3.8 Princípio da eficiência 171
2.3.9 Princípio da dignidade da pessoa humana 173
2.3.10 Princípio do desenvolvimento 175
2.3.11 Princípio democrático 175
2.3.12 Princípio do equilíbrio 179
2.3.13 Princípio proteção do patrimônio cultural brasileiro 180
2.3.14 Princípio da responsabilidade 185
2.3.15 Princípio da vedação de retrocesso ambiental 188

2.4 Análise jurídica dos princípios 190

2.4.1 Aplicação prática dos princípios 191

2.5 Competência Constitucionais 196

2.5.1 Competência federal 199

2.5.2 Competência estadual 200

2.5.3 Competência municipal 201

2.6 A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011 202

2.6.1 Competência administrativa dos entes federativos em matéria ambiental 203

2.6.2 A importância do licenciamento ambiental e a Resolução 237 do CONAMA 203

3 Desenvolvimento Sustentável 209

3.1 Avaliação ambiental estratégica e o direito ao licenciamento 219

3.1.1 Análise das bases legais e institucionais que sustentam a AAE no Brasil 222

3.1.2 Impactos cumulativos e sinergéticos no licenciamento 224

3.1.3 A reflexão sobre a eficácia da AAE nesta análise e suas limitações intrínsecas 226

3.1.4 A potencial criação da AAE através de atos infralegais e as implicações jurídicas 227

3.1.5 Comparação entre a regulação da AAE nos EUA e no Brasil 229

3.1.6 Discussão sobre a postura judicial no processo administrativo do licenciamento ambiental 231

3.1.7 As restrições legais que impedem a imposição da AAE como requisito absoluto 233

3.1.8 A crescente discussão sobre o zoneamento ecológico econômico e sua pertinência no licenciamento 235

3.1.9 Um olhar sobre o equilíbrio necessário entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental..... 237

3.2 Desafios e perspectivas na implementação 241

3.2.1 Proteção do meio ambiente, o Poder Público 244

4 Impactos na Conservação da Biodiversidade 247

4.1 Avaliação da efetividade das medidas de prevenção..... 249

4.2 Perspectivas futuras para a legislação ambiental 251

4.3 Do estabelecimento da lei, em 1981, ao ambientalismo de resultado sustentável 255

4.3.1 Desafios e perspectivas para a efetivação dos direitos ambientais no Brasil 258

4.4 Brasil: compromisso com a proteção ambiental..... 261

4.4.1 A responsabilidade do Estado..... 261

4.4.2 Conceito de polêmica..... 263

4.4.3 Mudança de paradigma..... 264

4.4.4 A proteção ambiental na Constituição brasileira 265

4.4.5 Direitos e deveres ambientais 266

4.4.6 Competência e responsabilidades dos entes federativos..... 267

4.4.7 Jurisprudência e decisões relevantes..... 268

4.4.8 Direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado..... 269

5 Políticas Públicas e Mecanismos de Proteção Ambiental 271

5.1 A Máfia Verde: a destruição do meio ambiente..... 276

5.1.1 Atividades criminosas da Máfia Verde 278

5.1.2 Desmatamento ilegal 281

5.1.3 Legislação e combate à Máfia Verde 285

5.1.4 Amazônia: o epicentro do desmatamento 288

5.1.5 Greenpeace 292

5.2 Educação ambiental 293

5.2.1 Os desafios do ambientalismo contemporâneo 296

5.2.2 O papel da sociedade civil e das empresas 302

5.3 Direito comparado e experiências internacionais 308

5.4 A importância da educação ambiental 313

5.5 Tecnologias sustentáveis e inovação 320

6 A Responsabilidade Civil e Criminal no Direito Ambiental 327

6.1 Contextualização jurídica 332

6.2 Análise de casos práticos 333

6.3 Perspectivas comparativas 335

6.4 Identificação de lacunas na legislação 337

6.5 Propostas de melhoria 340

6.6 A visão do futuro: caminhos para um ambientalismo de resultado sustentável 342

6.6.1 Abordagem teórica 346

6.7 Desafios ambientais do século XXI 351

6.8 O impacto das cidades inteligentes 358

6.8.1 Cidades inteligentes na solução do ambientalismo de resultado sustentável 362

6.9 Revisão de literatura 366

6.10 O impacto dos modelos de cidades inteligentes na configuração urbana das cidades 373

6.11 Planejamento urbano e proteção ambiental 374

6.12 Gestão e controle de recursos urbanos 376

6.13 Promoção da coesão social e sustentabilidade 378

Considerações Finais 381

Referências Bibliográficas e Sugestão de Leitura 389

Lista de Quadros 437

Lista de Figuras 439